

ALUNO:**MATRÍCULA:****AVALIAÇÃO:****VALOR:** 60.00 pontos**POLO:****DATA:****LOCAL:****CARGO:****MODELO:** Processo Seletivo TJAC - Juíz Leigo

INSTRUÇÕES DA AVALIAÇÃO

A prova é composta por 60 questões, o candidato terá 02 (dois) minutos para responder cada questão da prova objetiva, caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para próxima questão.

Após finalizar cada questão, clique em "responder" para passar para a próxima.

Ao finalizar todas as questões clique em "entregar prova".

É obrigatório a permissão de acesso à câmera antes de iniciar a prova objetiva.

Boa prova!

Questão 1 - 1,0 ponto

Acerca dos recursos, no âmbito dos juizados especiais, leia atentamente a citação abaixo, marcando em seguida a alternativa que corretamente completa as lacunas:

Tendo o prazo de ___I___ dias para ser interposto, no âmbito dos juizados especiais o ___II___ é o mais utilizado. Trata-se do recurso mais importante do microsistema processual, sendo cabível em face de sentença de improcedência, procedência ou extinção do processo, sendo vedado a sua utilização em face de sentença homologatória ou de laudo arbitral.

- a) I-15; II- recurso de agravo.
- b) I-10; II- recurso inominado.
- c) I-10; II-embargo infringente.
- d) I-15; II- recurso ordinário.

Questão 2 - 1,0 ponto

Autor e réu representam as partes que levam ao juiz as petições para que este possa tomar a suas decisões, constituindo o que comumente é descrito no direito como relação processual triangular.

No tocante às partes, reconhecendo a possibilidade de aplicação subsidiária da lei 9.099, demonstre deter conhecimento sobre as disposições previstas na lei 12.153 sobre o tema em questão, marcando a alternativa que corresponde a uma parte legitimada para figurar como autor nos juizados especiais da Fazenda Pública:

- a) Insolvente civil.
- b) Empresas de pequeno porte.
- c) Pessoas jurídicas de direito público.
- d) A massa falida.

Questão 3 - 1,0 ponto

Leia atentamente a citação abaixo que trata das provas testemunhais, no âmbito dos juizados cíveis e criminais na esfera Estadual de justiça, marcando em seguida a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

Estabelece a lei nº 9.099 de 1995 que, ao se fazer uso do requerimento para intimação das testemunhas, deverá ser obedecido o prazo de até ___I___ dias antes da audiência de instrução e julgamento. Contudo, há de ressaltar que o mesmo diploma legal permite que este tipo de prova possa ser levado pela parte que a tenha arrolado, independentemente de intimação; ressalta-se ainda que, quanto ao seu quantitativo, o número de testemunhas não pode ultrapassar o limite de ___II___ para cada parte.

- a) I-2; II-2.
- b) I-3; II-3.
- c) I-5; III-3.
- d) I-5; II-5.

Questão 4 - 1,0 ponto

Ciente da possibilidade de aplicação subsidiária das disposições previstas na Lei nº 9.099/95 nas ações que tramitam nos juizados especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153 de 2009), demonstre possuir conhecimentos acerca do entendimento doutrinário sobre os requisitos do pedido/provas e valor da causa, analisando as proposições a seguir:

- I. Nos juizados especiais da Fazenda Pública, na aferição do valor da causa, deve-se levar em consideração o valor do salário mínimo em vigor à época da propositura da ação, bem como o valor conjunto das demandas das partes, em situações de litisconsórcio ativo facultativo.
- II. O fato de a entidade ré ter que fornecer toda a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a juntamente com a defesa, não retira o ônus do demandante de provar o fato constitutivo de seu direito. Logo, em que pese a previsão normativa ter se inclinado à teoria dinâmica do ônus da prova, só se reputa necessária a sua aplicação, em caso de impossibilidade de produção da prova pelo demandante, diante da exclusividade da posse do documento pela Administração Pública.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 5 - 1,0 ponto

A partir do entendimento das disposições legais e dos posicionamentos doutrinários da Lei nº 9.099 de 1995, responsável por instituir e disciplinar o funcionamento dos Juizados Cíveis e Criminais na esfera Estadual da Justiça brasileira, leia atentamente as duas proposições a seguir:

- I. Apesar da lei nº 9.099/95 ser omissa no tocante à aplicação do Código de Processo Civil de forma subsidiária, com exceção do procedimento da execução, as regras da lei adjetiva civil são utilizadas quando existir lacunas na referida lei especial.
- II. Visando minimizar as deficiências do ordenamento jurisdicional brasileiro, sobretudo quanto à questão da morosidade no trâmite processual, a mais recente alteração da lei mencionada, ocorrida em 2022, determinou que, obrigatoriamente, as causas com valor de até 40 salários deverão ser propostas nos juizados especiais cíveis, não podendo ser submetidas ao rito da justiça comum.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 6 - 1,0 ponto

No universo jurídico, descrevendo de forma resumida, podemos entender o Recurso como um pedido de reexame de uma decisão, com o intuito de reformá-la, invalidá-la, esclarecê-la ou integrá-la.

Acerca dos recursos, no âmbito dos juizados especiais na esfera da justiça Estadual, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. No âmbito dos juizados especiais, em regra, os recursos são recebidos no efeito devolutivo, podendo, de forma excepcional, terem efeito suspensivo para evitar dano irreparável para o recorrente.
- II. Diferentemente da justiça comum, em que os recursos para a segunda instância são apreciados pelo tribunal de justiça competente, em se tratando de juizados especiais, os recursos devem ser interpostos para a turma recursal, que exerce o papel de segunda instância.
- III. Não é admissível recurso ordinário no âmbito dos juizados especiais cíveis em face da impossibilidade das decisões interlocutórias possam ser impugnadas em separado.

- a) I-V; II-V; III-F.
- b) I-F; II-V; III-V.
- c) I-V; I-F; III-V.
- d) I-F; II-V; II-F.

Questão 7 - 1,0 ponto

Concebido como instrumento disciplinador, responsável por regular o comportamento dos profissionais dentro de uma instituição, o Código de Ética estabelece disposições normativas de cumprimento obrigatório.

De acordo com as disposições previstas no Código de Ética dos Juízes Leigos, constante no anexo II da Resolução de nº 174 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. Em razão de figurarem como auxiliares da justiça, não integrando, portanto, o quadro de carreira do judiciário, os juízes leigos não estão sujeitos aos mesmos motivos de impedimento e suspeição dos juízes togados.
- II. O juiz leigo tem o dever de informar às partes, no início das sessões de conciliação e das audiências de instrução e julgamento, sua condição de auxiliar da justiça subordinado ao juiz togado.
- III. É admissível que o juiz leigo, antes da audiência de instrução e julgamento, realize um pré-julgamento da causa, desde que o faça com o estrito intuito de informar as partes sobre os riscos e consequências de uma demanda judicial.

- a) I-F; II-V; III-F.
- b) I-V; II-V; III-V.
- c) I-F; II-V; III-V.
- d) I-F; II-F; III-F.

Questão 8 - 1,0 ponto

Como forma de disseminar as vantagens da solução consensual de conflitos, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), instância pública que tem por missão aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, desenvolveu o Manual de Conciliação e Mediação - Perguntas e Respostas, apresentando uma gama de esclarecimentos bastante úteis. Atento às informações constantes nesta obra, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. A busca de uma solução por meio da conciliação só é admitida quando as partes ainda não tenham procurado resolver no litígio por meio da via judicial.
- II. Na mediação, o terceiro facilitador da conversa interfere de forma mais direta no litígio, podendo chegar a sugerir opções de solução para o conflito.
- III. Os postulantes interessados em se submeter à capacitação para exercer as funções de conciliador e mediador deverão, como pré-requisito, terem se formado em Instituição de Ensino Superior há pelo menos dois anos.

- a) I-V; II-V; III-V.
- b) I-F; II-V; III-F.
- c) I-F; II-F; III-F.
- d) I-V; II-F; III-V.

Questão 9 - 1,0 ponto

Responsável por disciplinar o funcionamento dos Juizados Cíveis e Criminais na esfera Estadual da Justiça brasileira, a Lei 9.099 desde a sua promulgação até os dias atuais sofreu inúmeras alterações, medidas positivas que propiciaram maior eficiência e modernização destes que se destacam como relevantes órgãos judicantes nacionais.

Demonstre deter conhecimentos acerca da Lei em questão, analisando as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. () Nos juizados especiais, tanto na esfera civil, como criminal, em obediência ao princípio da celeridade, a sentença dispensará o relatório.
- II. () Uma importante alteração da lei mencionada, no sentido de sua modernização, foi a permissão para que as audiências venham a ser realizadas por meio de dispositivos tecnológicos que sejam capazes de transmitir imagem e voz em tempo real.
- III. () Uma das grandes vantagens dos juizados especiais é a economia propiciada aos bolsos dos jurisdicionados. Tal afirmação se explica em razão da dispensa, quando da propositura da ação, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Contudo, em caso de interposição de recursos, todas as despesas processuais são exigidas, inclusive as que foram dispensadas no primeiro grau de jurisdição, caso o impetrante não goze do direito à justiça gratuita.

- a) I-F; II-V; III-F.
- b) I-V; II-V; III-F.
- c) I-F; II-F; III-V.
- d) I-V; II-V; III-V.

Questão 10 - 1,0 ponto

Acerca do entendimento doutrinário e das disposições legais previstas na Lei que disciplina o funcionamento dos juizados especiais criminais no âmbito da justiça Estadual, analise as proposições a seguir:

- I. Ao autor do fato que, após a lavratura do referido termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- II. Pode se citar como um exemplo de aplicação do princípio da simplicidade nos Juizados Especiais, a não necessidade de se enviar cartas precatórias quando é preciso realizar diligências em outras localidades, sendo possível que a solicitação destes procedimentos seja realizada por qualquer meio hábil de comunicação.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 11 - 1,0 ponto

Segundo previsão da Lei de nº 12.153 de 2009, responsável por disciplinar a atuação dos juizados especiais da Fazenda Pública de todos os entes federados, a competência abrange causas de até sessenta salários mínimos, sendo excluídas algumas de natureza mais complexas, devidamente especificadas no §1 do artigo 2º da lei referida.

Atento ao exposto, marque a alternativa que apresenta uma causa NÃO considerada pela disposição legal mencionada, sendo, portanto, da competência do juízo em questão:

- a) Causas sobre desapropriações.
- b) Causas que versem sobre improbidade administrativa.
- c) Causas que pleiteiam a anulação de concurso público.
- d) Causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.

Questão 12 - 1,0 ponto

No contexto da Lei nº 9.099 de 1995, responsável por disciplinar a atuação dos juizados especiais cíveis e criminais na esfera Estadual de justiça, demonstre deter conhecimentos sobre as disposições legais e esclarecimentos doutrinários no tocante à competência, analisando as proposições a seguir:

- I. No âmbito dos juizados especiais, em se tratando da competência, quando analisamos a complexidade da causa, mais importante do que o tema em discussão, obviamente exigindo que a matéria em apreço tenha amparo legal, é a de não exigir aprofundamento do lastro probatório.
- II. Dentre as causas excluídas da competência dos juizados especiais cíveis e criminais, conforme disposição expressa da Lei supra mencionada, é possível listar: as de natureza alimentar, falimentar e as relativas à acidente de trabalho.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 13 - 1,0 ponto

A partir das elucidações apresentadas pelos doutrinadores sobre as disposições expressas na Lei nº 12.153 de 2009, que disciplina o funcionamento dos juizados especiais da Fazenda Pública no âmbito jurisdicional dos entes federativos, analise as proposições a seguir:

- I. A Lei em tela expressa a exigência de que o Representante Judicial da Fazenda Pública (Procuradores do Estado e Municípios) deverá ter poderes de conciliar, transigir ou desistir, nos termos da lei do respectivo ente, já que, sem tais poderes especiais, não haveria como se privilegiar a conciliação, que é o maior fundamento para os Juizados Especiais em geral.
- II. Em prol dos princípios da simplicidade, celeridade e efetividade que norteiam o sistema dos juizados especiais, a lei em tela não deixa qualquer dúvida de que as regras gerais de prazo diferenciado para a Fazenda e reexame necessário não serão observadas em sede de juizados especiais fazendários.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 14 - 1,0 ponto

A partir do entendimento da lei dos juizados criminais no ambiente da justiça Estadual (Lei nº 9.099 de 1995), apreende-se que, caso haja representação ou o crime não seja passível de arquivamento, o Ministério Público pode propor ao infrator um acordo chamado transação penal. Nesse acordo, são oferecidas opções como o cumprimento de uma pena que não envolve prisão ou o pagamento de multa.

Acerca das considerações doutrinárias em relação a este instituto despenalizante, analise atentamente as duas proposições a seguir:

- I. O acordo da transação penal não tem efeito de coisa julgada material, ou seja, se as condições não forem cumpridas, o Ministério Público pode retomar o processo penal.
- II. A pena da transação penal não consta na certidão de antecedentes criminais e não tem efeitos civis, mas as partes interessadas podem buscar ações civis se necessário.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposições II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 15 - 1,0 ponto

Mesmo diante da maior facilidade financeira para o autor em demandar nos juizados especiais da Fazenda Pública, em razão da gratuidade, ao menos em 1º grau de jurisdição, pela dispensa de custas processuais, taxas ou outras despesas, sendo possível citar como um dos embasamentos legais- o art. 27 da Lei nº 12.153/2009, que dentre outros respaldos legais, indica a Lei nº 9.009/ 95 como fonte de aplicação subsidiária. É válido esclarecer que, em certas situações, é possível que sobre o autor sejam impostos encargos/ despesas de natureza financeiras.

Atento ao exposto, analise as proposições a seguir, marcando a alternativa que corretamente indica quais das situações descritas podem ensejar despesas financeiras para o autor.

- I. Caso o demandante proponha ação contra um ente público, sabendo não ter direito a o que é pleiteado, poderá ser considerado litigante de má-fé, sendo condenado a pagar uma multa ao réu.
- II. O autor será condenado ao pagamento de custas processuais se faltar a uma audiência sem comprovar que a ausência decorre de força maior.
- III. Além das custas processuais, recairá sobre o autor a responsabilidade de pagar honorários advocatícios, caso, em razão da perda da causa, ingresse com recurso, tendo novamente insucesso no seu intento.

Estão corretas:

- a) Apenas as proposições I e II.
- b) Apenas as proposições I e III.
- c) Apenas as proposições II e III.
- d) Todas as proposições.

Questão 16 - 1,0 ponto

Atento às disposições previstas na Resolução de nº 174 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, responsável por disciplinar a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal, analise as proposições a seguir:

- I. Ao magistrado da unidade incumbe o dever de fiscalizar e coordenar o trabalho de juízes leigos, devendo estar presente na unidade do Juizado Especial durante a realização das audiências.
- II. O juiz leigo terá o prazo máximo de 15 dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que só poderá ser entranhado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado.
- III. Os juízes leigos recrutados por testes de seleção, só poderão ser suspensos ou afastados de suas funções após a realização de processo disciplinar que ateste a sua má conduta, sendo assegurado o direito a ampla defesa e o contraditório.
- IV. A remuneração dos juízes leigos, quando houver, será estabelecida por ato homologado, isto é, projeto de sentença ou acordo celebrado entre as partes. Não sendo computadas para efeito de remuneração as homologações de sentença de extinção do processo, no caso de ausência de qualquer uma das partes, desistência e embargos de divergência, sem prejuízo de outras situações que venham a ser regulamentadas pelo Tribunal.

Considerando o critério QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES CORRETAS, é válido afirmar que a questão possui:

- a) 1 proposição correta.
- b) 2 proposições corretas.
- c) 3 proposições corretas.
- d) 4 proposições corretas.

Questão 17 - 1,0 ponto

Segundo disposição expressa da Lei nº 9.099 de 1995, nem todas as pessoas podem figurar como partes na esfera civil nos juizados especiais. Dentre as assertivas abaixo listadas, marque a única opção que identifica uma parte admitida no órgão jurídico mencionado:

- a) Pessoas jurídicas de direito público.
- b) Sociedades de crédito ao microempreendedor.
- c) Massa falida.
- d) Insolvente civil.

Questão 18 - 1,0 ponto

Considerado um tema de extrema relevância no direito penal, a Classificação dos Crimes permite a compreensão dos tipos penais e a atribuição, a cada um deles, de várias características que determinam, por exemplo, o momento da consumação e a possibilidade ou não de punição da forma tentada.

Sobre a classificação dos crimes, leia atentamente as proposições a seguir:

- I. Considera-se putativo, o “crime” que não pode ser consumado em razão da ineficácia absoluta do meio empregado ou pela impropriedade absoluta do objeto.
- II. O roubo é classificado como um crime complexo em razão de corresponder a dois ou mais tipos penais em uma única descrição legal, sendo possível verificarmos na sua tipificação, a junção dos crimes de furto e violência/ameaça.

É válido afirmar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 19 - 1,0 ponto

Analise atentamente as proposições a seguir relacionadas às particularidades que podem ser observadas quando desenvolvemos um estudo acerca da Classificação do Crime.

- I. Os crimes unissubsistentes não admitem a tentativa, pois a conduta não pode ser fracionada, e, uma vez realizada, acarreta automaticamente a consumação.
- II. Os crimes acessórios, a exemplo da receptação, dependem de uma prática delitativa anterior.
- III. Segundo entendimento majoritário, o crime exaurido corresponde a uma ação ou omissão ocorrida após o iter criminis.

É válido considerar que está ou estão corretas:

- a) Apenas a proposição I.
- b) Apenas as proposições I e II.
- c) Apenas as proposições II e III.
- d) Todas as proposições.

Questão 20 - 1,0 ponto

Atento às disposições constantes na Lei nº 9.099 de 1995, responsável por disciplinar a atuação dos juizados especiais criminais na esfera da justiça Estadual, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- II. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- III. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da lei supramencionada, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.

- a) I-V; II-V; III-V.
- b) I-F; II-F; III-V.
- c) I-V; II-F; III-F.
- d) I-V; II-V; III-F.

Questão 21 - 1,0 ponto

Ao realizarmos a interpretação das disposições constantes na Lei nº 9.099 de 1995, responsável por disciplinar o funcionamento dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da justiça Estadual, chegamos a três entendimentos, descritos nas proposições a seguir, analise-as:

- I. No âmbito da jurisdição supramencionada, nenhuma nulidade poderá ser invocada sem que se observe a efetiva ocorrência de prejuízo.
- II. Em respeito ao princípio da objetividade e celeridade processuais, previstos expressamente na lei supramencionada, não será admitido que o autor realize pedidos genéricos, independentemente da impossibilidade de determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- III. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, respeitado os limites da Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição III é verdadeira.
- b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.

Questão 22 - 1,0 ponto

Conforme se observa pelo entendimento do §2º do artigo 76 da Lei que disciplina a atuação dos juizados especiais criminais no âmbito da justiça Estadual (Lei nº 9.099 de 1995), são previstas, de forma expressa, disposições legais que inviabilizam a aplicação da transação. Atento ao desejo emanado destas disposições, analise as proposições a seguir:

- I. É vedado a aplicação da transação penal, caso o infrator já tenha sido condenado por crime com pena privativa de liberdade por sentença definitiva.
- II. Não será admitido a proposta de transação penal, caso se comprove ter sido o agente beneficiado, anteriormente, no prazo de três anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 23 - 1,0 ponto

Na análise da estrutura do crime, quando nos dedicamos a compreender os requisitos essenciais apresentados pela análise tripartite, comumente nos deparamos com o relato de que a tipicidade é indiciária da ilicitude. Entretanto, há de se ressaltar que o ordenamento legal penal brasileiro estabelece uma série de situações que consubstanciam a excludente de ilicitude. Atento ao esclarecimento suscitado, analise as assertivas abaixo apresentadas, marcando em seguida a opção que NÃO representa uma excludente de ilicitude prevista legalmente:

- a) Exercício regular de direito.
- b) Consentimento do ofendido.
- c) Estado de necessidade.
- d) Estrito cumprimento do dever legal.

Questão 24 - 1,0 ponto

Compreendidos como mandamentos de otimização, devendo ser aplicados na máxima medida do possível de acordo com as circunstâncias fáticas e jurídicas, os princípios, no âmbito dos juizados especiais, estão previstos de forma expressa, sem que sejam excluídos, obviamente, outros, como os princípios e garantias constitucionais. Sobre tão relevante tema, demonstre deter conhecimentos acerca dos posicionamentos doutrinários relativos aos princípios listados no art. 2º da Lei de nº 9.099 de 1995, diploma normativo responsável por disciplinar o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, analisando as proposições a seguir:

- I. Independente da natureza da demanda, não é admitido a produção de prova pericial no âmbito dos Juizados Especiais, sob pena de afronta aos princípios da simplicidade e informalidade.
- II. Em obediência ao princípio da celeridade, diferentemente do procedimento ordinário adotado pela Justiça Comum, o Juizado Especial Cível adota o procedimento sumário, uma vez que, por tratar-se de causas menos complexas, a resolução, conseqüentemente, tende a ser mais rápida.
- III. Em atenção aos princípios da simplicidade e celeridade, no âmbito dos juizados especiais, a citação, caso o requerido não seja encontrado, não poderá ser realizada por meio de expedição de edital.
- IV. Em decorrência da adoção dos princípios da oralidade e celeridade, visando o bom andamento do processo, nos juizados especiais não é admitido recurso de decisões interlocutórias.

Considerando o critério QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES CORRETAS, é válido afirmar que a questão possui:

- a) 1 proposição correta.
- b) 2 proposições corretas.
- c) 3 proposições corretas.
- d) 4 proposições corretas.

Questão 25 - 1,0 ponto

Considere a seguinte situação hipotética:

Os vizinhos Serafim e Gumerindo passaram a ter uma relação hostil no dia 03 de janeiro deste ano em razão da esposa de Gumerindo ter realizado uma reforma em seu imóvel, construindo um novo quarto, com uma enorme janela. Ao procurar Gumerindo, Serafim esclareceu que não aceitaria a localização da janela, por permitir a visibilidade de sua área de lazer, dando-lhe o prazo de 48 horas para que realizasse a remoção da mesma, do contrário, ele mesmo o faria. Passado o prazo estabelecido, sem que Gumerindo tomasse qualquer providência, Serafim, no dia 06 de janeiro, colocou uma escada na área interna de seu imóvel, e à marretadas, começou a remover a janela do vizinho. Ao ouvir o barulho dos vidros estilhaçados, furiosamente, Gumerindo subiu até o quarto, tendo antes a atenção de levar consigo uma pistola. Chegando ao local, após uma ligeira discussão, Gumerindo sacou a arma de sua cintura e desferiu um disparo contra seu oponente, levando-o a cair combalido. Apesar de ter sido prontamente levado ao hospital e ser submetido a procedimento cirúrgico, Gumerindo acabou morrendo dois dias depois, tendo o laudo atestado que a sua morte se deu em consequência das lesões sofridas pelo disparo da arma.

Atento aos detalhes explicitados na citação e demonstrando possuir conhecimento acerca da teoria adotada pelo ordenamento penal brasileiro quanto ao tempo do crime, marque a alternativa que apresenta o momento da ocorrência do crime:

- a) Em razão do direito penal brasileiro ter adotado a teoria da atividade, que considera praticado o crime quando ocorre a ação ou omissão delituosa, não importando quando advém o resultado, pode-se afirmar que o tempo do crime se deu no dia 06 de janeiro de 2024.
- b) Em face da teoria adotada em nosso país quanto ao tempo do crime ser a do resultado, estabelecendo que o crime é praticado com a ocorrência do resultado, independentemente de quando fora praticada a ação ou omissão, pode-se afirmar claramente que o momento do crime ocorreu no dia 08 de janeiro de 2024.
- c) Em razão do direito penal brasileiro seguir a orientação da teoria da ubiquidade, onde se considera tempo do crime qualquer momento que esteja compreendido no lapso temporal de início da ação ou omissão delituosa até a ocorrência do resultado, é possível optarmos pelos dias 06, 07 e 08 de janeiro de 2024 como o tempo do crime.
- d) Pela descrição da teoria mista, posicionamento seguido pelo ordenamento penal brasileiro quanto ao tempo do crime, é possível optarmos pelos dias 06 ou 08 de janeiro de 2024. Segundo referida teoria, considera-se praticado o crime tanto no momento da ação ou omissão, quanto no momento do resultado.

Questão 26 - 1,0 ponto

Atento às disposições explicitamente previstas, seus desdobramentos e as considerações desenvolvidas pelos doutrinadores quanto aos princípios da lei responsável por disciplinar o funcionamento dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da justiça Estadual, analise as proposições a seguir:

- I. O princípio da oralidade, previsto expressamente na lei 9.099 de 1995, tem reflexos diretos no princípio da identidade física do juiz, já que, se a prova é colhida de forma informal e oralmente, não sendo reduzida a termo, necessariamente somente pode julgar a causa o juiz que a colheu.
- II. Em obediência ao princípio da economia processual, no âmbito da jurisdição em questão, não se observa a permissibilidade da intervenção de terceiros, nem tampouco a possibilidade que o réu, no exercício de sua defesa, faça uso do instrumento da reconvenção.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 27 - 1,0 ponto

Atento às disposições explicitamente previstas, seus desdobramentos e as considerações desenvolvidas pelos doutrinadores no tocante a lei que disciplina a atuação dos juizados especiais criminais no âmbito da esfera Estadual (Lei nº 9.099 de 1995), analise atentamente as assertivas apresentadas, marcando a opção que estiver INCORRETA:

- a) No âmbito dos juizados especiais criminais, o papel desempenhado na justiça comum pelo inquérito policial, é exercido, em substituição, pelo termo circunstanciado, com o objetivo que as questões relacionadas ao delito sejam apuradas com mais celeridade.
- b) Será julgado pelos juizados especiais criminais, os delitos cuja pena máxima seja de 2 anos, pouco importando se o autor possa ser condenado ao cumprimento de uma pena maior em face de uma causa de aumento de pena.
- c) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- d) Os juizados especiais criminais não possuem competência para tratar dos crimes relacionados à violência doméstica e familiar, contra a mulher, mesmo em se tratando de tipos delitivos com pena máxima cominada não superior a 2 anos.

Questão 28 - 1,0 ponto

Atento à temática dos recursos, no âmbito dos juizados especiais criminais na esfera da justiça Estadual, leia atentamente a citação abaixo, marcando em seguida, a alternativa que corretamente completa as lacunas:

Se a denúncia ou queixa for rejeitada, poderá ser interposto o _____ I _____, por meio de petição ou termo. Por outro lado, o recurso cabível em sentenças de mérito é a _____ II _____. Será cabível também, o _____ III _____, quando a decisão de primeira ou segunda instância contrariar dispositivo da Constituição Federal.

- a) I- embargo infringente; II- a correção parcial; III- recurso ordinário-constitucional.
- b) I- agravo; II- a apelação; III- recurso ordinário-constitucional.
- c) I- recurso em sentido estrito; II- a apelação; III- recurso extraordinário.
- d) I- recurso em sentido estrito; II- a correção parcial; III- recurso especial.

Questão 29 - 1,0 ponto

Quando o agente inicia o ato executório, visando a consumação do crime, manifesta claramente o dolo em sua ação. Contudo, em certos casos, não consegue consumá-lo. Para tal situação, a nossa legislação e a doutrina penais usam a expressão tentativa. Prevendo que, para que se faça presente, faz-se necessário que o agente tenha iniciado a execução, não alcançando a consumação por circunstâncias alheias a sua vontade. Portanto, é perfeitamente possível compreendermos a tentativa como um crime incompleto, já que não foram cumpridas, por completo, todas as etapas do iter criminis.

Acerca das previsões legais e do entendimento doutrinário em relação a tentativa, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. Na tentativa perfeita, todos os atos executórios são realizados. Todavia, ainda assim, o crime não se consuma, sendo por isso comumente descrita pela doutrina como “crime falho”.
- II. Dentre os tipos delituosos que não admitem a tentativa, é possível listar os crimes: habituais, preterdolosos, de mera conduta e os unissubsistentes.
- III. Segundo disposição doutrinária, o critério adotado para a diminuição da pena levará em consideração o quanto o agente avançou nos atos de execução. Afirmando que quanto mais próximo da consumação o agente alcançou, menor será a diminuição.

- a) I-F; II-F; III-V.
- b) I-V; II-V; III-V.
- c) I-V; II-V; III-F.
- d) I-V; II-F; III-V.

Questão 30 - 1,0 ponto

Atento aos conhecimentos relacionados à Classificação do Crime, analise as proposições a seguir:

- I. No crime de mão própria, também conhecido como de atuação pessoal ou de conduta infungível, observa-se a exigência que a conduta típica seja praticada por um sujeito ativo qualificado, expressamente indicado pelo tipo penal, determinando em consequência que, via de regra, não seja admitida a coautoria, mas tão somente a participação. Podendo ser citada como única exceção, a possibilidade de coautoria no crime de falsa perícia.
- II. O crime habitual consuma-se pela prática reiterada e contínua de diversas condutas que sozinhas são consideradas atípicas, fato pelo qual são punidas pelo conjunto de ações cometidas.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 31 - 1,0 ponto

De acordo com as modificações trazidas pela Lei nº 11.313/06 à Lei nº 9.099/95, como é tratada a competência para o julgamento de infrações de menor potencial ofensivo em casos que envolvem a aplicação das regras de conexão e continência com crimes que não se enquadram nessa categoria?

- a) A competência para julgar tais casos é exclusiva do Juizado Especial Criminal, sendo vedada a transição de processos para a justiça comum, independente das regras de conexão e continência.
- b) Em situações de conexão ou continência com crimes de maior potencial ofensivo, mantém-se a competência do Juizado Especial Criminal, aplicando-se exclusivamente as medidas despenalizadoras previstas na Lei nº 9.099/95.
- c) A competência é deslocada para o juízo comum ou Tribunal do Júri, conforme o caso, porém, observam-se os institutos da transação penal e da composição dos danos civis, conforme previsto pela Lei nº 9.099/95.
- d) Os casos de conexão ou continência com crimes de maior potencial ofensivo são julgados separadamente, seguindo o procedimento ordinário para o crime de maior potencial ofensivo e o sumaríssimo para o de menor potencial ofensivo.

Questão 32 - 1,0 ponto

Demonstre possuir conhecimentos inerentes ao Crime e seus elementos constitutivos, analisando as proposições a seguir:

- I. O fato típico é fundamental para a consideração de um crime, devendo ele ser observado primeiramente para só depois serem observados os outros elementos do crime, pois sem ele, não há uma conduta que necessite da tutela do direito penal.
- II. Segundo o conceito analítico de crime, pela teoria tripartite, o crime se configura quando estão presentes três elementos obrigatórios: tipicidade, ilicitude e punibilidade.
- III. O princípio da insignificância é apto a excluir a tipicidade material.
- IV. Para que haja fato típico, são necessários quatro elementos, a conduta, o resultado, a relação de causalidade ou nexos causal e a tipicidade.

Considerando o critério QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES CORRETAS, é válido afirmar que a questão possui:

- a) 1 proposição correta.
- b) 2 proposições corretas.
- c) 3 proposições corretas.
- d) 4 proposições corretas.

Questão 33 - 1,0 ponto

Considerando o conceito de vulnerabilidade do consumidor no contexto do Código de Defesa do Consumidor (CDC), conforme exposto no artigo 4º, inciso I, e as discussões apresentadas no texto legal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A presunção de vulnerabilidade do consumidor é sempre relativa, podendo ser afastada mediante a demonstração de equilíbrio na relação de consumo entre as partes.
- b) A vulnerabilidade do consumidor é um estado permanente e inerente à sua condição, que justifica a existência de normas protetivas e reequilibradoras no CDC, visando a busca da igualdade e da justiça equitativa nas relações de consumo.
- c) A distinção entre vulnerabilidade e hipossuficiência é meramente terminológica, não havendo diferenças práticas significativas entre esses conceitos na aplicação das regras de proteção ao consumidor.
- d) A aplicação do princípio da vulnerabilidade do consumidor depende exclusivamente da análise da capacidade financeira do consumidor, sendo irrelevante sua condição de destinatário final do produto ou serviço.

Questão 34 - 1,0 ponto

Como forma de assegurar que as obrigações na órbita do Direito Civil não possam ser exigidas sem que seja determinado um lapso temporal, o nosso ordenamento jurídico confere validade aos institutos da prescrição e decadência, como meios proporcionadores de uma maior segurança jurídica. Atento às considerações doutrinárias quanto às disposições previstas no Código Civil acerca dos institutos da prescrição e decadência, analise as proposições a seguir:

- I. A decadência, assim como a prescrição, pune o inerte. Mas a prescrição pune o inerte de uma pretensão, enquanto que a decadência pune o inerte de um direito potestativo.
- II. Uma diferença observada quanto aos prazos nos institutos da decadência e prescrição é que: tanto a lei, quanto a vontade das partes, podem estabelecer o prazo decadencial, diferentemente do prazo prescricional, que só pode ser estabelecido por lei, sem possibilidade de arbítrio entre as partes.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 35 - 1,0 ponto

Considerando as peculiaridades dos embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais Criminais (JECRIM) em comparação com o procedimento estabelecido pelo Código de Processo Penal (CPP), analise as proposições a seguir e assinale a opção CORRETA:

- I. No JECRIM, ao contrário do que dispõe o CPP, os embargos de declaração podem ser opostos tanto por escrito quanto de forma oral, evidenciando a busca por procedimentos mais simplificados e acessíveis nas causas de menor potencial ofensivo.
- II. A interposição dos embargos de declaração no âmbito do JECRIM possui o efeito de interromper o prazo para a interposição de outros recursos, característica essa alinhada com a alteração promovida pelo Novo Código de Processo Civil (Lei 13105/16), que também se aplica ao processo penal por analogia, promovendo assim a uniformização dos efeitos suspensivos dos embargos nos diferentes ramos do direito processual.
- III. Erros materiais presentes na decisão, como a correção do número do processo ou do nome da vítima, diferentemente do processo comum regido pelo CPP, no âmbito do JECRIM, demandam a oposição de embargos de declaração para sua correção, em virtude da menor formalidade e maior celeridade desses procedimentos.
- IV. O prazo para a oposição dos embargos de declaração no JECRIM é de 5 dias, enquanto que no CPP, conforme estabelece o art. 382, o prazo é de apenas 2 dias, refletindo a intenção do legislador de conferir maior agilidade ao trâmite dos processos de menor potencial ofensivo, sem, contudo, reduzir as oportunidades de as partes questionarem omissões ou obscuridades nas decisões judiciais.

- a) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.

Questão 36 - 1,0 ponto

Com base no artigo 18 da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), analise as assertivas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- a) A responsabilidade por vício do produto é sempre subjetiva, dependendo da demonstração de culpa do fornecedor para a sua configuração.
- b) O prazo para reclamação de vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos duráveis é de 180 dias, contados da entrega efetiva do produto.
- c) A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor ao fornecedor suspende a contagem do prazo decadencial para reclamação de vícios até a respectiva resposta do fornecedor.
- d) Os vícios redibitórios, previstos no Código Civil, aplicam-se de forma idêntica e com os mesmos prazos no âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Questão 37 - 1,0 ponto

A seguir, apresentamos algumas proposições relacionadas às leis penais excepcional e temporária, analise-as atentamente, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. () As leis excepcionais e temporárias, mesmo após revogadas, continuarão a alcançar os fatos praticados durante sua vigência.
 - II. () A lei excepcional, via de regra, possui um prazo de vigência pré-determinado.
 - III. () No caso das leis excepcionais e temporárias, é possível a ocorrência da ultratividade em prejuízo, ao contrário da regra geral estabelecida para as leis penais.
- a) I-V; II-F; III-V.
 - b) I-F; II-F; III-F.
 - c) I-V; II-V; III-V.
 - d) I-V; II-V; III-F.

Questão 38 - 1,0 ponto

Considerando os artigos 30 e 35 da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), que estabelecem o princípio da vinculação da oferta, bem como as implicações desse princípio no contexto das relações de consumo, analise as afirmativas abaixo, assinalando em seguida a opção que for CORRETA:

- a) A oferta veiculada por qualquer meio de comunicação não obriga o fornecedor, sendo meramente informativa e não integrando o contrato que vier a ser celebrado, mesmo que o consumidor tenha agido de boa-fé e realizado a contratação com base nessa oferta.
- b) O fornecedor pode alegar erro sistêmico grosseiro no carregamento de preços para afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta, mesmo que não haja rápida comunicação ao consumidor, desde que o preço anunciado esteja dentro de uma margem razoável de erro.
- c) O princípio da vinculação da oferta impõe ao fornecedor a obrigação de cumprir exatamente o que foi ofertado, independentemente de eventuais erros na formação do preço, desde que a oferta não contenha elementos que evidenciem claramente o equívoco.
- d) Caso o fornecedor se negue a contratar ou o contrato celebrado contenha cláusulas divergentes da oferta, o consumidor pode exigir o cumprimento forçado da obrigação nos termos da oferta, aceitar outro produto ou serviço equivalente ou rescindir o contrato com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Questão 39 - 1,0 ponto

Explica-nos a doutrina civilista mais objetiva que os **Bens** podem ser entendidos como todas as coisas materiais ou imateriais que possuem algum valor econômico e que, caso preciso, podem servir de objeto a uma relação jurídica. Acerca do tema, e com base com disposições expressas no Código Civil em relação aos Bens Reciprocamente Considerados, marque a alternativa que NÃO corresponde a uma espécie de bem que poderia ser admitido como um exemplo:

- a) Bens acessórios.
- b) Bens divisíveis.
- c) Benfeitorias.
- d) Bens principais.

Questão 40 - 1,0 ponto

A relação de casualidade corresponde ao elo entre uma conduta praticada por um sujeito e o resultado dessa conduta. Dessa forma, trata-se da relação entre intenção e produto de um ato. No Direito Penal, a relação de causalidade é o que vincula as condutas praticadas com a consumação do crime.

No tocante ao posicionamento adotado pelo nosso ordenamento jurídico quanto ao assunto, conforme se pode apreender pela orientação vigente no Código Penal Brasileiro, observa-se a preferência em seguir a teoria comumente descrita pela doutrina pela denominação de:

- a) Equivalência dos antecedentes causais.
- b) Causalidade condicionada.
- c) Imputação objetiva.
- d) Causalidade adequada.

Questão 41 - 1,0 ponto

Considere o artigo 42, caput, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), que estabelece que "Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça". Com base nesse dispositivo legal, analise as assertivas a seguir e assinale a opção que for CORRETA:

- a) A cobrança de dívidas por meio de ligações telefônicas frequentes ao local de trabalho do consumidor é considerada uma prática abusiva, pois expõe o devedor a constrangimento perante seus colegas de trabalho.
- b) O corte no fornecimento de serviços essenciais, como água e energia elétrica, é permitido como forma de coação para o pagamento de dívidas, independentemente de qualquer notificação prévia ao consumidor.
- c) A exposição do nome do consumidor inadimplente em murais ou quadros de avisos de condomínios não configura exposição ao ridículo ou constrangimento, sendo uma prática aceitável para fins de cobrança.
- d) A prática de reter o consumidor em estabelecimentos comerciais até que a dívida seja quitada, como em casos de casas noturnas que impedem a saída do cliente, é considerada uma forma de constrangimento ilegal e pode gerar o dever de indenizar.

Questão 42 - 1,0 ponto

Analisar as situações abaixo e indique qual tipo de conexão está sendo descrito em cada uma delas:

- I. João e Pedro, agindo juntos, cometem um furto em uma loja. Na fuga, Pedro comete um roubo para garantir que ambos escapem da perseguição policial.
- II. Carlos e André, em momentos distintos e em locais diferentes, praticam estelionato, visando obter vantagem financeira de forma coordenada.
- III. Márcia comete um crime de difamação contra Helena, que, em retaliação, comete um ato de injúria contra Márcia.
- IV. Durante a investigação de um homicídio, descobre-se que as evidências coletadas no local do crime são cruciais para resolver um caso de sequestro ainda não solucionado.

Assinale a opção que corretamente associa cada situação ao respectivo tipo de conexão:

- a) I - Conexão teleológica; II - Conexão por concurso; III - Conexão por reciprocidade; IV - Conexão instrumental.
- b) I - Conexão objetiva; II - Conexão intersubjetiva por concurso; III - Conexão intersubjetiva por reciprocidade; IV - Conexão instrumental.
- c) I - Conexão teleológica; II - Conexão intersubjetiva por concurso; III - Conexão intersubjetiva por reciprocidade; IV - Conexão instrumental.
- d) I - Conexão por simultaneidade; II - Conexão intersubjetiva por concurso; III - Conexão objetiva; IV - Conexão instrumental.

Questão 43 - 1,0 ponto

A necessidade de individualização do ser humano no seu meio social fez com que o instituto do nome civil ganhasse importância ao longo da história, até ser positivado nas principais legislações. É indiscutível a necessidade de cada indivíduo ser identificado socialmente. Fato que implicou a sua relevância à questão de ordem pública, desse modo, a legislação lhe empresta uma ampla proteção jurídica e a sua alteração só pode ocorrer em hipóteses excepcionais. A isso, dá-se o nome de princípio da imutabilidade relativa do nome civil. Há um interesse público na manutenção da inalterabilidade do nome civil em função de que todos os atos e documentos públicos são confeccionados com o nome civil e se sua alteração fosse fácil, as fraudes seriam muito maiores e os infratores não seriam facilmente encontrados.

(texto adaptado do artigo: *O nome civil e seus aspectos fundamentais- de autoria de Júlio Moraes Oliveira e Aline Barbosa Moura*)

Em relação ao tema do nome civil, ao longo do tempo, várias teorias foram lançadas a fim de se estabelecer a sua natureza jurídica. Demonstre deter conhecimentos acerca do assunto, marcando a opção que corretamente identifica a que é a mais aceita nos tempos atuais:

- a) Teoria do Nome como Propriedade.
- b) Teoria Negativista.
- c) Teoria do Nome como Direito da Personalidade.
- d) Teoria do Estado.

Questão 44 - 1,0 ponto

De acordo com as disposições legais e considerações doutrinárias quanto a Lei Penal no tempo, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- A *abolitio criminis* faz cessar os efeitos civis e penais da sentença penal condenatória.

II- Entende-se por *novatio legis in pejus*, a entrada em vigor de uma lei que cria uma nova conduta criminosa.

III- A nossa legislação prevê a admissibilidade da *novatio legis in melius* aplicada aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

- a) I-V; II-V; III-V.
- b) I-F; II-F; III-V.
- c) I-V; II-F; III-F.
- d) I-F; II-V; III-F.

Questão 45 - 1,0 ponto

Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996) sobre a utilização compulsória de arbitragem em contratos de adesão, analise as seguintes assertivas, assinalando a opção CORRETA:

- a) A cláusula compromissória arbitral é sempre nula em contratos de adesão, independentemente da manifestação de vontade do consumidor.
- b) A arbitragem voluntária em contratos de adesão consumeristas é suficiente para afastar a aplicação do art. 51, VII, do CDC, que prevê a nulidade de cláusulas que determinam a utilização compulsória de arbitragem.
- c) O compromisso arbitral, diferentemente da cláusula compromissória, depende da vontade de ambas as partes e não é afetado pelo art. 51, VII, do CDC.
- d) A cláusula compromissória arbitral em contratos de adesão é válida desde que o consumidor, no momento da contratação, tenha condições de equilíbrio com o fornecedor.

Questão 46 - 1,0 ponto

Analise as assertivas abaixo sobre o art. 22, § 1.º, da Lei 12.016/2009 e o art. 104 do CDC, no contexto do mandado de segurança coletivo e das ações individuais, levando em consideração os princípios doutrinários pertinentes, marcando em seguida a opção que for CORRETA:

- a) O autor da ação individual deve desistir de sua ação no prazo de 30 dias da informação da existência da ação coletiva, caso queira continuar vinculado ao mandado de segurança coletivo, aplicando-se essa regra apenas aos mandados de segurança individuais.
- b) A desistência da ação individual é obrigatória e não se coaduna com o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, consagrado no art. 5.º, XXXV, da CF.
- c) A solução ideal seria tornar a suspensão das ações individuais obrigatória, mantendo o direito individual de ação e permitindo a repositura do mandado de segurança individual após o trânsito em julgado do mandado de segurança coletivo.
- d) O legislador agiu corretamente ao obrigar o indivíduo a optar entre a ação individual e a ação coletiva, evitando a proliferação de mandados de segurança individuais que tratam da mesma matéria.

Questão 47 - 1,0 ponto

Valendo-se das considerações realizadas pelos doutrinadores quanto às disposições previstas no Código de Processo Civil em relação ao *Litisconsórcio*, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. () O litisconsórcio é classificado segundo critérios relativos às partes envolvidas no processo e ao momento do estabelecimento do litisconsórcio.
 - II. () Há de considerar a existência do litisconsórcio necessário quando as partes não puderem acordar quanto à sua existência. A natureza da relação jurídica ou a lei determina que seja formado um litisconsórcio obrigatoriamente, já que nessas hipóteses o juiz terá que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes
 - III. () No litisconsórcio necessário, a cumulação subjetiva, ativa ou passiva, é condição de admissibilidade do julgamento do mérito da demanda, diferentemente do que ocorre no litisconsórcio facultativo.
- a) I-V; II-F; III-F.
b) I-F; II-V; III-V.
c) I-V; II-V; III-V.
d) I-F; II-F; III-F.

Questão 48 - 1,0 ponto

Responsável por ser o instrumento iniciador da lide processual no âmbito do direito processual civil, a Petição Inicial é responsável por estabelecer, dentre outros elementos, a narrativa dos fatos, quais documentos serão necessários, quais serão os possíveis caminhos que o processo irá trilhar, quais provas serão necessárias e, principalmente, qual é a questão abordada no jurídico pela parte que entrou com o pedido. Atento às particularidades relacionadas à Petição Inicial e seus requisitos à luz das alterações promovidas pelo Novo Código de Processo Civil, analise as proposições a seguir:

- I. Os fundamentos jurídicos são o direito ferido ao qual o autor quer a proteção, baseado na legislação, doutrinas, súmulas e jurisprudências. É recomendado que esse item seja dividido em dois tópicos: “dos fatos” e “do direito”, para facilitar a leitura e o entendimento.
- II. Toda causa deve ter um valor estabelecido, mesmo que não tenha conteúdo econômico quantificável. O valor da causa tem uma série de reflexos no decorrer do processo, a exemplo da definição do rito processual a ser seguido.

É válido considerar que:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) As proposições I e II são verdadeiras.
- d) As proposições I e II são falsas.

Questão 49 - 1,0 ponto

Sobre o conceito de crimes remetidos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São crimes que não possuem relação com outros tipos penais previstos no Código Penal. Exemplo: Homicídio simples, que é um crime autônomo e não remete a outros tipos penais.
- b) São tipos penais que fazem referência a normas externas ao Código Penal para a sua configuração. Exemplo: Crime de genocídio, que remete à Lei nº 2.889/56 para definir o que é genocídio.
- c) São delitos que, para sua caracterização, necessitam de expressa remissão a outros tipos penais previstos no Código Penal. Exemplo: Uso de documento falso (art. 304), que remete aos delitos previstos nos arts. 297 a 302.
- d) São crimes que possuem penas mais severas devido à sua conexão com outros delitos. Exemplo: Latrocínio, que é o roubo seguido de morte e tem pena mais severa do que o roubo simples.

Questão 50 - 1,0 ponto

Leia atentamente a seguinte situação hipotética:

Em razão de ter se achado lesado por um dos seus fornecedores, Astrogildo, pequeno lojista de Xapuri, resolveu assassinar Gumercingo, representante comercial. Tendo premeditado a ação, Astrogildo combinou um encontro com Gumercingo em um restaurante distante do centro da cidade. Após o representante comercial chegar ao local combinado, após alguns minutos, resolveu ligar para saber o motivo do atraso do seu cliente, momento em que tomou conhecimento da pane no veículo do seu futuro algoz. Por conhecer o lugar, e por querer socorrer Astrogildo, Gumercingo prontamente atendeu à solicitação de ajuda. Acreditando que sairia impune em razão do lugar ser desabitado, Astrogildo, após ter solicitado que Gumercingo fizesse uma checagem no seu veículo, com o intuito de ocupá-lo, sacou uma arma e disparou dois tiros nas costas da vítima. Pensado ter concretizado o seu intento, em seguida, subtraiu pertences pessoais da vítima, tendo cuidado em se apossar do celular, com o objetivo de destruí-lo. Entretanto, por ser prevenido, Gumercingo tinha em seu automóvel um celular reserva escondido embaixo do banco, do qual conseguiu realizar um pedido de socorro, o que lhe garantiu a sua remoção para uma unidade hospitalar. Contudo, em face da gravidade da situação, a equipe médica do principal hospital da cidade, aconselhou que a família tomasse a providência de levá-lo para um centro médico mais bem estruturado, fato que determinou a transferência de Gumercingo para o principal hospital da Capital, local onde viria a óbito dois dias depois do fraudulento encontro macabro.

Considerando os dados apresentados e a conceituação empregada pela doutrina no que se refere à Classificação dos Delitos quanto ao local do crime, é válido afirmar se tratar de um caso exemplificativo, chamado pela doutrina de:

- a) Crime em trânsito.
- b) Crime à distância.
- c) Crime plurilocal.
- d) Crime de espaço ampliado.

Questão 51 - 1,0 ponto

Durante uma sessão de julgamento de um caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, onde o agressor, Marco, foi acusado de lesões corporais leves contra sua esposa, a defesa apresenta argumentos no sentido de aplicar os institutos despenalizadores da Lei 9099/95, visando a transação penal. O Ministério Público se opõe, fundamentando sua argumentação na inaplicabilidade dessa Lei ao caso concreto, conforme estabelece a Lei Maria da Penha. O juiz, ao analisar o caso, considera as normas específicas da Lei Maria da Penha, os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia, bem como entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria.

Assinale a alternativa que apresenta a decisão JURIDICAMENTE CORRETA que deve ser tomada pelo juiz no julgamento do caso de Marco:

- a) Aplicar a Lei 9099/95, autorizando a transação penal, pois a autonomia da vontade da vítima em buscar a conciliação deve prevalecer, visando à rápida resolução do litígio.
- b) Negar a aplicação da Lei 9099/95, fundamentando que a Lei Maria da Penha estabelece expressamente a inaplicabilidade dos seus dispositivos para casos de violência doméstica contra a mulher, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção insuficiente, objetivando uma proteção mais efetiva à vítima.
- c) Determinar a aplicação da Lei 9099/95, considerando que a violência praticada por Marco configura infração de menor potencial ofensivo e que a legislação brasileira prioriza a ressocialização do agressor em detrimento da punição.
- d) Encaminhar o caso para mediação, com base na Lei 9099/95, entendendo que a possibilidade de um acordo entre as partes pode restaurar a harmonia familiar, mesmo diante de expressa proibição legal pela Lei Maria da Penha.

Questão 52 - 1,0 ponto

Nos valendo do posicionamento adotado por Hely Lopes Meireles, de grande receptividade no universo acadêmico, as espécies de atos administrativos pelas características a eles inerentes e pelas particularidades que os distinguem uns dos outros, podem ser agrupados em cinco conjuntos, sendo eles, atos administrativos: normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos. No tocante à primeira espécie, a dos atos administrativos normativos, esclarece o renomado jurista que correspondem aqueles que contém um comando geral do Executivo, visando a correta aplicação da Lei, sendo seu objetivo imediato explicitar a norma legal a ser observada pela Administração e pelos administrados.

Atento ao exposto, marque a alternativa que corretamente identifica exemplificações da espécie de ato administrativo considerado:

- a) Regulamento; Resolução; Portaria e Ofício.
- b) Regimento; Deliberação; Protocolo e Decreto.
- c) Decreto; Portaria; Despacho e Deliberação.
- d) Regulamento; Regimento; Resolução e Deliberação.

Questão 53 - 1,0 ponto

Durante uma operação de rotina em área de segurança nacional, um sargento da Força Aérea Brasileira, com 60 anos de idade, comete uma infração penal de menor potencial ofensivo contra um civil. A defesa do sargento argumenta pela aplicação dos mecanismos despenalizadores previstos na Lei 9.099/95, citando também o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) em benefício da diminuição da capacidade punitiva estatal, devido à idade do acusado. O Ministério Público Militar, contudo, insiste na inaplicabilidade da Lei 9.099/95 na esfera da Justiça Militar, com base no art. 90-A da referida lei, adicionado pela Lei 9.839/99, sem considerar a condição etária do acusado.

Diante desse contexto, avalie as seguintes assertivas e marque a opção CORRETA:

- a) A defesa está correta em aplicar o Estatuto do Idoso para pleitear benefícios previstos na Lei 9.099/95, pois a condição etária do acusado deve prevalecer sobre as disposições da Justiça Militar, garantindo-lhe um tratamento jurídico mais leniente.
- b) O Ministério Público Militar está correto, uma vez que a Lei 9.099/95, conforme alterada pela Lei 9.839/99, exclui expressamente sua aplicabilidade no âmbito da Justiça Militar, independentemente da condição etária do acusado.
- c) A Lei 9.099/95 deve ser aplicada no caso em questão, pois o Estatuto do Idoso prevê que qualquer infração penal cometida por idoso é passível de tratamento despenalizador, incluindo-se no âmbito da Justiça Militar.
- d) A condição etária do sargento permite a aplicação do Estatuto do Idoso para crimes de maior potencial ofensivo, mas não altera a competência da Justiça Militar ou a aplicabilidade da Lei 9.099/95, que é expressamente excluída para infrações penais militares.

Questão 54 - 1,0 ponto

Considerado um dos temas mais relevantes do Direito Administrativo, os Poderes Administrativos consistem em um conjunto de prerrogativas ou de competências de direito público, conferidas à administração, com o propósito de assegurar a supremacia do interesse público e a realização do bem comum. Demonstre deter conhecimentos sobre o tema em tela, analisando às proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. () Dos poderes conferidos ao Poder Público para consecução de suas finalidades, o poder de polícia é o único que teve seu conceito positivado.
- II. () Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, os poderes da administração são irrenunciáveis, não estando sob a livre disposição do administrador.
- III. () Manifestando-se pela edição de atos de natureza restritiva ou limitadora, o poder de polícia especifica as ações ou destinações incidentes sobre as pessoas, os bens e direitos. Fazendo valer o império do Estado sobre a vontade comum, como o objetivo de evitar o dano ao interesse público.
- a) I-V; II-V; III-F.
b) I-F; II-V; III-V.
c) I-V; II-V; III-V.
d) I-F; II-F; III-F.

Questão 55 - 1,0 ponto

Durante o procedimento de um caso sob a jurisdição do Juizado Especial Criminal, envolvendo uma infração penal de menor potencial ofensivo, o Ministério Público propõe a realização de uma audiência preliminar para tentativa de conciliação entre as partes, conforme previsto no rito processual sumaríssimo. No entanto, o acusado reside em uma comarca diferente daquela onde ocorreu o fato gerador da ação penal. A defesa questiona a possibilidade de realização de atos processuais referentes a este procedimento em uma comarca diversa da original e sem a presença física do acusado, invocando princípios de economia processual e eficiência.

Com base nas disposições processuais aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa CORRETA sobre a condução deste procedimento:

- a) O procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais Criminais não permite a realização de atos processuais fora da comarca onde o fato ocorreu, exigindo sempre a presença física do acusado, em respeito ao princípio da territorialidade.
- b) A legislação dos Juizados Especiais Criminais permite expressamente a prática de atos processuais em outra comarca, inclusive audiências preliminares, desde que haja concordância das partes e seja possível assegurar a ampla defesa e o contraditório.
- c) Apenas atos processuais não presenciais, como intimações e notificações, podem ser realizados em comarca diversa daquela do fato gerador, sendo vedada a realização de audiências e outros procedimentos que demandem a presença das partes ou testemunhas.
- d) A realização de audiências preliminares em comarca diversa da origem só é possível mediante autorização específica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta excepcionalmente tais práticas para garantir o acesso à justiça.

Questão 56 - 1,0 ponto

Acerca da MEDIAÇÃO, como forma de solução de conflitos, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- I. O método utilizado pela mediação é não adversarial, não seguindo o modelo do judiciário, em que existe uma parte que ganha à ação, e outra que perde.
 - II. Na Mediação, o poder de decisão cabe somente aos envolvidos, o mediador apenas facilita a conversa, intermediando, até que as partes consigam dialogar e buscar resolver de forma satisfatória o problema entre elas.
 - III. O foco da discussão presente numa Mediação deve ser os interesses, pois firmar acordos com base nas posições vai gerar um apaziguamento momentâneo do problema, uma vez que os motivos que, de fato, estão por trás do conflito não puderam ser trazidos à lume, a fim de que fossem discutidos e esclarecidos. Dessa maneira, provavelmente, alguma das partes ficará ressentida, provocando, em momento posterior, uma nova dissensão.
- a) I-V; II-V; III-V.
b) I-F; II-F; III-V.
c) I-V; II-F; III-F.
d) I-V; II-V; III-F.

Questão 57 - 1,0 ponto

Em um procedimento perante o Juizado Especial Criminal, Ana, acusada de cometer uma infração penal de menor potencial ofensivo, com pena máxima prevista inferior a 2 anos, apresenta-se pela primeira vez diante do judiciário sem registros criminais anteriores. Diante dessa situação, o Ministério Público propõe a Suspensão Condicional do Processo, conforme previsão legal. Considerando as disposições da Lei 9.099/95 e os princípios que norteiam os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa que explica CORRETAMENTE as condições para que a proposta de Suspensão Condicional do Processo seja aplicável:

- a) A Suspensão Condicional do Processo pode ser proposta quando o acusado não estiver sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, com a previsão de suspensão do processo por um período de 2 a 4 anos, sob condições estabelecidas pelo juiz.
- b) A proposta de Suspensão Condicional do Processo é automaticamente aceita pelo juízo, independente da análise do histórico criminal do acusado, desde que a infração seja de menor potencial ofensivo.
- c) A Suspensão Condicional do Processo é aplicável exclusivamente em casos onde o acusado já tenha sido previamente condenado, servindo como medida de reintegração social para evitar a reincidência.
- d) O Ministério Público não tem a prerrogativa de propor a Suspensão Condicional do Processo, cabendo essa decisão exclusivamente ao juiz, após a audiência preliminar e antes da sentença.

Questão 58 - 1,0 ponto

Qual dos seguintes exemplos NÃO caracteriza uma prática de venda casada, conforme o entendimento descrito no texto?

- a) Um cinema que proíbe a entrada de clientes com alimentos comprados fora de suas dependências, obrigando-os a comprar suas pipocas e refrigerantes.
- b) Uma instituição financeira que exige a contratação de um seguro habitacional exclusivamente com ela ou por uma seguradora indicada por ela no ato da aquisição de uma casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação.
- c) Uma operadora de telefonia que permite a utilização do serviço apenas se o consumidor pagar uma assinatura básica, argumentando que o serviço de telefonia fixa somente é prestado mediante o pagamento dessa tarifa.
- d) Um shopping center que cobra uma tarifa mínima pelo uso do estacionamento, mesmo que o consumidor não utilize a totalidade do tempo abrangido por essa tarifa.

Questão 59 - 1,0 ponto

Leia com bastante atenção o caso hipotético a seguir:

O Condomínio Sol Nascente, por meio de sua administradora, notifica os condôminos sobre a implementação de uma nova política de reajuste das taxas condominiais. Essa política prevê a substituição do índice de reajuste anual, anteriormente vinculado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), alegando mudanças significativas no mercado que impactam diretamente nos custos de manutenção do condomínio. Os condôminos, surpresos com a mudança e preocupados com o aumento substancial que isso representaria nas taxas, decidem buscar a tutela jurisdicional para contestar a validade da medida adotada pela administradora.

Considerando o caso apresentado e o entendimento sobre a proibição de modificações unilaterais em contratos, à luz da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e do princípio da boa-fé objetiva, qual das seguintes alternativas é INCORRETA?

- a) A substituição do índice de reajuste das taxas condominiais, de INPC para IGP-M, sem a anuência dos condôminos, viola o princípio da boa-fé objetiva, pois representa uma alteração unilateral das condições previamente acordadas.
- b) A administradora do condomínio pode justificar a alteração do índice de reajuste com base na necessidade de adequação aos custos efetivos de manutenção, desde que haja previsão contratual expressa que permita tal modificação em circunstâncias excepcionais.
- c) O princípio *venire contra factum proprium non potest* impede que a administradora do condomínio, após firmar um acordo sobre o índice de reajuste, altere unilateralmente esse índice, pois tal prática contraria a expectativa legítima dos condôminos.
- d) A decisão da administradora de alterar o índice de reajuste das taxas condominiais, substituindo o INPC pelo IGP-M, está plenamente justificada pela autonomia privada das partes e pelo princípio *pacta sunt servanda*, não cabendo intervenção judicial para rever tal escolha.

Questão 60 - 1,0 ponto

Considerando a dualidade normativa da Lei nº 9099/95, que compreende tanto disposições processuais quanto materiais, e o princípio da retroatividade da lei mais benéfica previsto na Constituição Federal, analise as proposições a seguir e assinale a opção CORRETA:

- I. As disposições de natureza processual contidas na Lei nº 9099/95 se aplicam imediatamente aos processos em curso, sem prejudicar a validade dos atos processuais já realizados sob a égide da legislação anterior, em consonância com o art. 2º do Código de Processo Penal.
 - II. Em virtude de seu caráter híbrido, as normas da Lei nº 9099/95 que possuem conteúdo material são aplicáveis retroativamente em favor do acusado, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, baseado no princípio constitucional da retroatividade da lei penal mais benéfica.
 - III. A exigência de representação para a propositura da ação penal nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas introduzida pela Lei nº 9099/95 não pode ser aplicada retroativamente a casos em que a instrução processual já havia sido iniciada antes da vigência da referida lei.
 - IV. O art. 90 da Lei nº 9099/95 limita a aplicabilidade das disposições processuais da lei aos processos cuja instrução ainda não foi iniciada, refletindo a intenção do legislador de não interferir nos procedimentos já em curso.
- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.

FOLHA DE RASCUNHO